

Caso de pataxó depende de ótica da Justiça

Acusados de matar índio podem ter pena reduzida, se prevalecer sentença de crime não-intencional

EDSON LUIZ
e SANDRA SATO

BRASÍLIA – A morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, assassinado em 21 de abril por cinco jovens da classe média de Brasília, ironicamente ajudou sua tribo a reaver terras, numa briga que se arrastava por mais de meio século na Justiça Federal. Mas se a liberação de terras foi rápida o mesmo não se pode dizer do processo que apura sua morte. Até agora a Justiça do Distrito Federal não decidiu se os rapazes serão julgados por homicídio doloso (intencional) ou por lesão corporal seguida de morte.

Por causa do recesso forense, a 2.ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do DF só se deve pronunciar sobre o caso a partir de fevereiro. Será confirmada ou não a sentença da juíza Sandra de Santis Mello, que desqualificou o crime, de homicídio doloso para lesão corporal seguida de morte. Eles serão julgados pelo Tribunal do Júri, se a decisão for de que houve crime e podem pegar de 12 a 30 anos de prisão. Mas serão julgados por um juiz se a decisão for por lesão. Nesse caso, a pena cai para 4 a 12 anos.

A promotora Maria José Pereira acredita que as chances de a sentença ser reformada são de 90%. Se os desembargadores mantiverem a decisão de Sandra, o Ministério Público vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Maria José denunciou os rapazes por homicídio triplamente qualificado, com motivo torpe, crueldade e sem chance de defesa.

Vestibular – Os estudantes Max Rogério Alves, Antônio Novély Cardoso de Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira estão presos no Núcleo de Custódia da Penitenciária da Papuda. Max fez vestibular para administração de empresas no prédio, graças a um convênio mantido pelo governo do DF e a Universidade Católica de Brasília, mas só poderá frequentar as aulas com autorização judicial.

O menor G.N.A.J, também acu-



Roberto Castro/AE - 24/4/97

Local onde foi queimado o índio é marcado com velas: homenagem

sado de atear fogo ao índio, ficou preso três meses no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Teve a prisão relaxada em setembro. O padrao e advogado de Max, Valter de Medeiros, quer livrar o enteado da cadeia. "Como um rapaz de 19 anos pode oferecer risco à ordem pública?" Os quatro amigos estão numa cela única. A pedido dos advogados, eles saem em horários diferentes dos demais presos para tomar banho de sol de uma hora diária e, assim, evitar o convívio com criminosos de alta periculosidade. "No meio de traficantes e marginais, eles poderiam até ser mortos", diz Medeiros.

da a Praça do Compromisso. Em homenagem a Galdino, foi colocada uma escultura lembrando o índio em chamas, feita pelo artista plástico goiano Siron Franco. Virou uma praça de protesto. Várias manifestações de excluídos, como os sem-terra, passaram por lá.

Depois do crime, os pataxós hã-hã-hã de Pau-Brasil, na Bahia, conseguiram retomar 5 mil dos 56 mil hectares de suas terras invadidas por fazendeiros. Hoje, admitem abrir mão de parte de uma área para que os fazendeiros deixem a reserva e termine a briga judicial que vem desde 1932. Galdino foi morto justamente durante uma das vindas a Brasília, para tentar resolver o

problema de sua tribo. Os índios já ocuparam cinco fazendas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sullivan de Oliveira, já adiantou os trabalhos periciais para apressar a nova demarcação das terras. Oliveira, segundo assessores da Funai, também acabou tirando proveito do caso pataxó.

TTRIBO
CONSEGUE
TERRAS
PELAS
QUAIS
GALDINO
LUTAVA

Comoção – Após participar das comemorações do Dia do Índio, Galdino dormia num ponto de ônibus na Avenida W-3, em Brasília, quando os estudantes jogaram álcool sobre ele e atearam fogo. Galdino morreu poucas horas depois. Os estudantes confessaram o crime: disseram acreditar que o índio era um mendigo.

Perto do local do crime foi cria-